



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
衛生局
Serviços de Saúde

(Tradução)

Resposta à interpelação escrita apresentada pela Deputada à Assembleia Legislativa, Lo Choi In

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo e após pedido de parecer ao Instituto para a Supervisão e Administração Farmacêutica (ISAF) e ao Conselho de Consumidores (CC), envio a seguinte resposta à interpelação escrita da Sr.^a Deputada Lo Choi In, de 8 de Julho de 2022, a coberto do ofício n.º686/E526/VII/GPAL/2022 da Assembleia Legislativa de 19 de Julho de 2022 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo no dia 21 de Julho de 2022:

Tendo em consideração que o Governo da RAEM está a empenhar-se na promoção activa do desenvolvimento da medicina tradicional chinesa (MTC) em Macau, os Serviços de Saúde (SS) têm implementado várias políticas e medidas em termos de sistema jurídico, formação de quadros qualificados, cooperação e intercâmbio, entre outras.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 18/2020 – Regime da Qualificação e Inscrição para o Exercício de Actividade dos Profissionais de Saúde, da Lei n.º 11/2021 - Lei da Actividade Farmacêutica no âmbito da Medicina Tradicional Chinesa e do Registo de Medicamentos Tradicionais Chineses e dos diplomas complementares, a implementação do sistema jurídico no âmbito da Medicina Tradicional Chinesa e de medicamentos tradicionais chineses tem vindo a ser reforçada. Em articulação com as necessidades de desenvolvimento dos serviços médicos, os Serviços de Saúde têm ajustado a estrutura orgânica e funções a partir do dia 1 de Janeiro de 2022, tais como, foi criado pelos SS o



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
衛生局
Serviços de Saúde

(Tradução)

Departamento de Desenvolvimento dos Serviços de Medicina Tradicional Chinesa, de maneira a impulsionar a popularização dos serviços da MTC na comunidade, promover a formação de quadros qualificados da área da MTC e criando padrões de qualidade de serviço prestado. Em termos de formação de quadros qualificados, foram organizados vários cursos como pós-graduação em MTC, cursos regulares de formação temática sobre a transmissão de experiências clínicas por médicos reconhecidos da MTC, cursos de formação contínua em colaboração com o parque científico e industrial da MTC entre a província de Cantão (Guangdong) e Macau e alguns *workshops* de formação inter-regionais e locais em cooperação com o centro colaborador da Organização Mundial de Saúde no âmbito da medicina tradicional, com vista a proporcionar oportunidades de formação e de aperfeiçoamento profissional aos médicos da MTC de Macau, para assim aumentar a sua competência profissional. Além disso, o Conselho dos Profissionais de Saúde realiza a verificação das habilitações académicas quanto aos pedidos de acreditação para 15 tipos de profissionais de saúde (incluindo pessoal de medicina tradicional chinesa), realiza exames de acreditação e elabora disposições de estágio correspondentes, para que os profissionais de saúde se possam familiarizar com o sistema médico e o modo de funcionamento das entidades de saúde em Macau e preparando-se da melhor forma para o futuro trabalho.

A Medicina Tradicional Chinesa contém uma riqueza de conceitos de medicina geral e possuindo vantagens significativas na prestação de serviços integrados de diagnóstico e tratamento de doenças comuns e frequentes a nível primário, bem como de cuidados preventivos e de saúde, de reabilitação e de



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
衛生局
Serviços de Saúde

(Tradução)

gestão de doenças crónicas. Desde 1999, os SS adicionaram a MTC ao sistema comunitário de cuidados de saúde. Actualmente, estão disponíveis, tanto os serviços ambulatoriais da MTC com os serviços terapêuticos da acupunctura, nos Centros de Saúde de Fai Chi Kei, da Areia Preta, do Tap Seac, de Nossa Senhora do Carmo-Lago e da Ilha Verde, tendo sido reservado ainda um espaço destinado à MTC no Centro de Saúde de Seac Pai Van. Ao mesmo tempo, mediante as medidas como o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde e o financiamento a instituições médicas sem fins lucrativos, os residentes agora já podem aceder aos serviços da MTC por vários meios.

O regime de especialidades de MTC ainda é um conceito relativamente recente a nível internacional, tendo como referência a situação do estabelecimento de hospitais de medicina tradicional chinesa no Interior da China, em que se prestam serviços de valência médica, mas não há um regime de inscrição correspondente. Actualmente, não existe consenso entre o sector da medicina tradicional chinesa em Macau sobre a criação de um regime de especialidades de medicina tradicional chinesa, os Serviços de Saúde irão prestar muita atenção à situação das criação do regime de especialidades de medicina tradicional chinesa pelo país, de modo a realizar de forma contínua os estudos e discussões relacionadas.

Em termos de defesa dos direitos e interesses dos consumidores, o exercício das actividades profissionais dos médicos de medicina tradicional chinesa e farmacêuticos de medicina tradicional chinesa é regulado pela Lei n.º 18/2020 (Regime da qualificação e inscrição para o exercício de actividade dos



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
衛生局
Serviços de Saúde

(Tradução)

profissionais de saúde). Em caso de violação da responsabilidade disciplinar profissional, o Conselho dos Profissionais de Saúde irá instaurar procedimento disciplinar profissional, cabendo ao director dos Serviços de Saúde proferir a decisão sancionatória sobre médico de medicina tradicional chinesa que cometa infracção, e ao presidente do Instituto para a Supervisão e Administração Farmacêutica proferir a decisão sancionatória sobre farmacêutico de medicina tradicional chinesa que cometa infracção, respectivamente. Quanto ao mestre de medicina tradicional chinesa este é regulamentado e supervisionado pelo Decreto-Lei n.º 84/90/M, de 31 de Dezembro, para os casos suspeitos de violação de leis e regulamentos relevantes, os Serviços de Saúde irão instaurar os devidos processos para acompanhamento, de forma a proteger os direitos e interesses à saúde dos residentes. Além disso, de acordo com a Lei 5/2016 (Regime jurídico do erro médico) caso haja suspeita da ocorrência de erro médico, podem requerer à Comissão de Perícia do Erro Médico a realização de perícia.

O Director dos Serviços de Saúde,

Lo Iek Long

05/08/2022